



PEC 241 **EXTERMINA** direito dos brasileiros

Se for aprovada, proposta vai acabar com o reajuste real do salário mínimo

Rovena Rosa / Agência Paulista



Movimentos sociais, estudantes e entidades sindicais em protesto contra a PEC 241 em São Paulo

Vendida pelo atual governo como uma saída para conter o rombo nas contas públicas e tentar superar a crise econômica, a PEC 241 que está em discussão no Congresso garante que o Brasil não vai investir em mais nada por 20 anos. Isso significa que, durante as próximas duas décadas, qualquer programa social, qualquer obra, qualquer política pública ficará paralisada.

Além do freio no investimento em saúde e educação, essa proposta inclui um mecanismo que pode levar ao congelamento do valor do salário mínimo, que passaria a ser reajustado apenas pela inflação. Implementada em 2008 pelo então governo Lula, a política de valorização do salário mínimo foi responsável reduzir a desigualdade no Brasil nos últimos 14 anos, ao garantir 77% de aumento real

a 48 milhões de brasileiros que vivem com o piso. A regra atual prevê que o aumento do mínimo é feito a partir da soma da inflação dos últimos 12 meses com o percentual de crescimento do PIB dos dois anos anteriores.

Se as novas regras da PEC tivessem entrado em vigor há 20 anos, o salário mínimo não chegaria à metade do valor de hoje: estaria em apenas R\$ 400, em vez

dos R\$ 880, segundo cálculos do economista Bráulio Borges, pesquisador associado do Departamento de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). “Imaginem, se hoje o aposentado já precisa voltar ao mercado de trabalho para conseguir sobreviver com R\$ 880, o que seria com R\$ 400”, afirma Epitácio Luiz Epaminondas, o Luizão, presidente do Sintapi-CUT.

Além disso, como o salário mínimo está vinculado a várias despesas obrigatórias da Previdência, essa seria a desculpa perfeita para o atual governo conseguir desvincular o mínimo dos benefícios previdenciários com uma reforma do sistema. “Esta PEC torna constitucional uma série de ataques aos direitos conquistados a duras penas por nós, brasileiros, incluindo os milhares de aposentados, pensionistas e idosos. Precisamos nos unir para que essa barbaridade não seja aprovada goela abaixo e, mais uma vez, apenas o povo que precisa do serviço público seja o maior prejudicado”, diz Luizão.

Boas festas!

Desejamos a todos os associados do Sintapi-CUT um feliz Natal e um próspero ano novo. Aproveitamos para informar que o sindicato iniciará seu recesso de fim de ano no dia 22 de dezembro. Voltaremos a atender normalmente a partir de 9 de janeiro.



EDITORIAL

Eleições revelam **INSATISFAÇÃO** popular

Votos brancos, nulos e abstenções são recado do descontentamento com a política atual

Os grandes campeões das eleições municipais foram os votos brancos, nulos e abstenções. A soma dos votos inválidos e das ausências às urnas superou o primeiro ou segundo colocado na disputa para prefeito em 22 capitais, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral. Em São Paulo, as abstenções (1,94 milhão

de pessoas), os votos brancos (367 mil) e nulos (788 mil) superaram a votação do candidato eleito João Doria (PSDB), que obteve 3,08 milhões de votos.

Esses indicadores servem de alerta. Eles medem o desapontamento dos eleitores com a política brasileira atual. Se considerarmos as eleições de 2000, 2004, 2008 e

2012, a média de votos brancos e nulos girava em torno dos 7%. Neste ano, 13% dos eleitores de São Paulo votaram em branco ou anularam seus votos. Ou seja, quase o dobro do eleitorado. Já as abstenções, que ficava na casa dos 16%, pulou para 22% nessas eleições.

Esse sentimento de antipolítica exigirá dos sindicatos, dos

movimentos sociais, associações e partidos políticos a construção de uma frente ampla em torno de um projeto coletivo, com agendas de proteção contra o corte de direitos sociais e a construção de reformas. Precisamos mostrar avanços que foram feitos nos últimos anos e identificar os erros que precisam ser corrigidos.

Roberto Parizotti/CUT



Descontentamento com a situação política brasileira atual ficou evidente nos resultados das urnas

POLÍTICA

Secretaria dos Direitos da Pessoa Idosa não pode ser só no papel

Novas estruturas vão tentar corrigir erros que escantearam aposentados, pensionistas e idosos

O presidente Michel Temer sancionou a lei que recriou a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania.

A nova lei transfere também o Conselho Nacional dos Direitos da

Mulher e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça para a Secretaria de Governo da Presidência da República e cria, ainda, a Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que fica subordinada ao Ministério da Justiça.

Essas medidas corrigem em parte os erros desse governo, que colocou a classe dos aposentados, pensionistas e idosos ao segundo plano. Porém, de nada vale criar a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Secretaria Especial de Promoção e De-

fesa dos Direitos da Pessoa Idosa apenas no papel. É um verdadeiro tiro no pé porque essa secretaria é de suma importância. E nós, do Sintapi-CUT e demais entidades sindicais, faremos esforços para agir e mostrar, de fato, as necessidades e direitos dos idosos.

Este boletim é uma publicação do **SINTAPI-CUT - Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos, filiado à CUT** - Instância Nacional. **Presidente:** Epitácio Luiz Epaminondas (Luizão); **Secretária Geral:** Maria Coreti dos Santos; **Secretário de Finanças:** José Levino de Jesus; **Secretário de Organização:** Luiz Augusto de Almeida Filho; **Secretário de Saúde:** Gilene José dos Santos; **Secretário de Formação:** Raimundo Repolho Carlos Moreira Costa; **Secretária de Imprensa:** Regina Célia dos Santos; **Departamento da Mulher:** Lindinalva dos Santos Pereira; **Departamento de Combate ao Racismo e Políticas Sociais:** Eunice Barbosa dos Santos; **Departamento de Políticas do Idoso e Meio Ambiente:** Euclides Pereira Quinto; **Departamento de Cultura e Lazer:** Sabina Vasconcelos Costa; **Departamento de Previdência e Conselhos de Previdência:** Gerson Maia de Carvalho; **Diretoria Regional Norte:** Carlos Augusto Pimentel; **Diretoria Regional Nordeste:** Maria Ferreira dos Santos; **Diretoria Regional Centro-Oeste:** Raimundo Carvalho de Oliveira; **Diretoria Regional Sudeste:** Israel Antunes de Almeida; **Diretoria Regional Sul:** Venício Debiasi; **Conselho Fiscal Efetivo:** Antonio Hermirio da Silva, Anegildo José Garcia e Juraci Alves Teixeira; **Conselho Fiscal Suplente:** José Tavares Gomes, Verônica Trindade de Freitas e José Tadeu Peixoto da Costa. Rua Caetano Pinto, 575, Brás, São Paulo. Telefone: (11) 2108-9217. E-mail: sintapcut@uol.com.br. Site: www.sintapcut.org.br. Textos: Texto Sênior Edição de Conteúdo. Diagramação: Thiago Calil. Tiragem: 3.000 exemplares.

NA JUSTIÇA

José Cruz / Agência Brasil



Ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, comandou a votação sobre a desaposentação

STF barra desaposentação, e governo **AMEAÇA** pedir dinheiro de volta

Advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, disse que o INSS vai analisar caso a caso

O STF (Supremo Tribunal Federal) pôs fim às esperanças de um milhão de aposentados que retornaram ao mercado de trabalho para conseguir sobreviver. Por 7 votos a 4, os ministros rejeitaram a possibilidade de um aposentado que continue trabalhando trocar a aposentadoria para obter um benefício maior, a chamada desaposentação. “Ao tomar tal decisão, o STF antecipa a reforma da Previdência que o governo Temer prepara. Eles querem dificultar tanto, que se aposentar vai virar um luxo no futuro”, afirma Epitácio Luiz Epaminondas, o Luizão, presidente do Sintapi-CUT.

Mal foi divulgada a decisão, a advogada-geral da União (AGU), ministra Grace Mendonça, afirmou que o INSS pode recorrer à Justiça para ressarcir aos cofres públicos o valor das aposentadorias concedidas pela regra da desaposentação. “À luz da decisão do Supremo, é preciso analisar caso a caso, verificar a situação de cada um. Esse é trabalho que o INSS se dedicará. (Pedir ressarcimento) é uma possibilidade real, à luz da decisão do Supremo, de que não há o direito à desaposentação”, disse.

O que acontece agora

O que acontece agora com os aposentados que estavam na Justiça e também com aqueles que já estão

recebendo os benefícios maiores? Quem já recebia a mais vai ter de devolver dinheiro? Para especialistas em direito previdenciário, é preciso aguardar que a decisão do STF seja publicada para que as ações que pedem a troca do benefício sejam julgadas improcedentes ou extintas.

A partir de agora, os casos que transitaram em julgado (quando não cabe mais recurso) serão revisitos, retirando o direito de receber o valor maior de aposentadoria. Para o advogado Theodoro Vicente Agostinho, coordenador do curso de pós-graduação em Direito Previdenciário pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus, a decisão do STF não deixa claro o que acontece com quem recebeu o benefício maior. “O INSS vai querer receber o dinheiro pago a mais de volta e ainda terá de ser decidido se o benefício é de natureza alimentar ou não. Se for de natureza alimentar, não tem de devolver, mas, se não for considerado assim, quem recebeu o valor maior terá de devolver a diferença com juros e correção monetária”, diz.

“Essa decisão do Supremo é uma vergonha, totalmente política, pautada pela falta de recursos do governo. Agora vamos pressionar o Congresso para que eles revertam essa decisão, que foi tomada pela Justiça pela ineficiência deles”, declara Luizão.

COMO VOTARAM OS MINISTROS DO STF

✓ A favor da desaposentação



MARCO AURÉLIO MELO



LUÍS ROBERTO BARROSO



ROSA WEBER



RICARDO LEWANDOWSKI

✗ Contra a desaposentação



DIAS TOFFOLI



TEORI ZAVASCKI



EDSON FACHIN



LUÍZ FUX



GILMAR MENDES



CELSO DE MELLO



CÁRMEN LÚCIA

DIREITO DOS IDOSOS

Representantes **ELEITOS** tomam posse no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

Presidente do Sintapi-CUT, Epitácio Luiz Epaminondas, o Luizão, foi reeleito para o biênio 2016-2018

Fotos: Divulgação



Os novos membros do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso em reunião; Luizão foi reeleito para o biênio 2016-2018

Reeleito membro do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), o presidente do Sintapi-CUT, Epitácio Luiz Epaminondas, o Luizão, tomou posse dia 26 de outubro para o biênio 2016-2018. A secretária-geral do Sintapi-CUT, Maria Coreti dos Santos, será sua suplente.

Criado em 2002, o CNDI tem como objetivo elaborar as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional do Idoso. E já contabilizou avanços importantes na política de promoção dos direitos das pessoas idosas no país, como a criação do Estatuto do Idoso, instrumento que assegura direi-

tos especiais e institui programas de promoção da qualidade de vida desta parcela da população. “Louvo o papel deste conselho no empoderamento da pauta, no monitoramento e controle social das políticas públicas relativas à pessoa idosa, à luta pela sua dignidade, à inclusão, e ao envelhecimento a partir da ótica dos

direitos humanos com autonomia”, disse a secretária especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, que participou da cerimônia de posse.

Os representantes eleitos também participaram de um seminário para debater os direitos e garantias para envelhecimento seguro no último dia 8 de novembro.

DIVERSÃO

Departamento de Cultura e Lazer organiza passeios e eventos para toda a família

Além de excursões mensais, são realizados encontros e idas a bailes e teatro na capital

Em um sábado ensolarado de setembro, 15 idosos e seus familiares visitaram a charmosa Guararema, a 81 quilômetros da capital. Organizada pela diretora do Departamento de Cultura e Lazer, Sabina Vasconcelos Costa, a excursão faz parte de uma programação de passeios e atividades para aposentados, pensionistas e idosos neste segundo semestre.

Em Guararema, o passeio incluiu a visita ao Recanto Pau D’Alho, considerado o cartão-postal, e um passeio de Maria Fu-

maça até a cidade vizinha de Luis Carlos. “Gostei muito do passeio e da escolha do local, tranquilo e com atrações interessantes”, afirma Dante Vignini Filho.

Além de excursões mensais, o Departamento de Cultura e Lazer do Sintapi-CUT realiza passeios pelas principais igrejas no centro de São Paulo, uma ida semanal ao teatro e bailes.

Interessados em participar dos encontros e excursões devem entrar em contato com a Sabina Vasconcelos Costa, pelos telefones 3105- 9705 e 99457-0368.

Sintapi-CUT



O grupo reunido durante o passeio pela cidade de Guararema